

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 60 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA P₂

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética acerca do direito das obrigações e dos contratos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Manoel perdeu a direção do veículo que conduzia e, após invadir a contramão de direção, colidiu frontalmente com um poste de iluminação pública. O veículo sofreu graves avarias, inclusive empenamento de barra de direção. Nessa situação, considerando que o veículo tem seguro total contra acidentes, a seguradora pode recusar o pagamento do prêmio, alegando a culpa exclusiva do condutor do veículo segurado pela ocorrência do acidente de trânsito.
- 2 Jorge firmou com Joaquim um contrato de mútuo, na importância de R\$ 1.500,00, pelo prazo de trinta dias, o qual estipulava juros e outros encargos. Na data de vencimento do contrato, Jorge, alegando falta de condições financeiras para cumpri-lo, contraiu com o mesmo credor novo empréstimo no valor da dívida antiga acrescida dos encargos de inadimplência e aqueles decorrentes da nova obrigação, ajustando novo prazo. Nessa situação, ocorreu novação objetiva.

Ainda com relação ao direito das obrigações e dos contratos, julgue os itens a seguir.

- 3 Se houver modificação ou alteração no contrato, o fiador pode desobrigar-se da fiança prestada, mesmo quando há cláusula contratual de renúncia ao direito de exoneração. No entanto, persiste a fiança prestada em favor de pessoa jurídica, quando há a transferência da titularidade da empresa sem a prévia anuência do garante, ou seja, quando os sócios transferem integralmente suas cotas a terceiros.
- 4 A teoria da imprevisão só se aplica aos contratos em que, por fatores imprevisíveis e extraordinários, se venha a alterar a base contratual em relação ao tempo da contratação, ou seja, aqueles em que a obrigação é decorrente de contrato comutativo de execução continuada ou periódica, os unilaterais e os aleatórios.

A respeito da aplicação da lei, das pessoas naturais e jurídicas e dos bens, julgue os itens seguintes.

- 5 Na hipótese de uma lei nova, de mesmo grau hierárquico, tratar inteiramente de matéria de lei anterior, sem modificá-la, a força normativa cogente estará na lei nova.
- 6 As sociedades de fato ou irregulares não possuem personalidade jurídica, portanto, não há autonomia patrimonial em relação aos sócios e a responsabilidade da sociedade é solidária dos sócios.
- 7 O nascituro tem personalidade jurídica no que se refere aos direitos personalíssimos e aos da personalidade. No entanto, somente após o nascimento com vida adquire a personalidade jurídica material, alcançando os direitos patrimoniais.
- 8 A pertença se distingue do bem acessório por nem sempre seguir o bem principal, seja em decorrência da vontade das partes ou das circunstâncias do próprio negócio.
- 9 Da personalização das sociedades empresárias decorre a separação entre o patrimônio da empresa e o do sócio integrante. Assim, os bens integrantes do estabelecimento empresarial e outros eventualmente atribuídos à pessoa jurídica são de propriedade dessa pessoa.

Acerca do direito da sucessão, julgue os itens subseqüentes.

- 10 Considere a seguinte situação hipotética.
Joel, brasileiro, casado sob regime da comunhão total de bens, faleceu deixando bens a inventariar, sem testamento. Carlos, único filho de Joel, é maior, capaz, casado sob o regime da comunhão parcial de bens e pai de três filhos. Chamado a receber a herança, recusou-a, assinando o termo judicial de renúncia em benefício do monte.
Nessa situação, a parte da herança que pertence a Carlos acrescerá a meação e a parte da viúva de Joel, porque os descendentes de Carlos não podem suceder o herdeiro renunciante.
- 11 Considere a seguinte situação hipotética.
Maria, com 65 anos de idade, capaz, solteira, tia dos irmãos Pedro, João e Antônio, seus herdeiros, vendeu o único bem imóvel de sua propriedade a Pedro, sem o consentimento dos demais herdeiros.
Nessa situação, a venda é anulável por fraude à legítima, podendo ser considerada como venda simulada ou doação inoficiosa.
- 12 Considere que Rute, viúva, mãe de quatro filhos, um deles pré-morto, e avó de três netos, descendentes do filho pré-morto, faleceu sem deixar testamento conhecido. Nessa hipótese, há sucessão por estirpe e a herança é dividida em quatro partes iguais, sendo uma dessas partes dividida entre os três netos.
- 13 Em virtude da modificação legislativa que incluiu o cônjuge como herdeiro necessário, a separação de fato, imotivada, por mais de dois anos não exclui o cônjuge da vocação sucessória, por não constar a referida situação do rol taxativo que permite a exclusão da condição de herdeiro necessário.

Julgue os itens a seguir, com relação ao direito de família.

- 14 O regime da participação final nos aquestos prevê que cada cônjuge possui patrimônio próprio por ele administrado e do qual pode dispor livremente.
- 15 Considere a seguinte situação hipotética.
André, menor, propôs ação de alimentos contra seu genitor, Fernando. Na ação, ficou provada a impossibilidade de Fernando sustentar o filho.
Nessa situação, os avós paternos assumem solidariamente com o filho o encargo familiar de André, pois a sentença deve condenar pai e avós solidariamente ao pagamento da verba alimentar na parte correspondente à contribuição paterna.
- 16 Suponha que uma ação de investigação de paternidade foi julgada improcedente por não ter o autor se desincumbido do ônus da prova. A sentença foi confirmada em recurso de apelação e transitou em julgado. Nessa hipótese, o autor poderá propor nova ação investigatória, sob a alegação de que o direito à filiação é indisponível e imprescritível, razão pela qual a ação de estado não se materializa na coisa julgada material.
- 17 Proposta ação de alimentos e fixados os alimentos provisórios, estes são devidos durante a tramitação dos recursos interpostos contra a sentença que julgou improcedente o pedido. No entanto, cessa a obrigação, sem que haja trânsito em julgado, quando for mantida a decisão no julgamento do recurso especial.

Acerca dos fatos jurídicos e do direito das coisas, julgue os itens seguintes.

- 18 A lesão é considerada um vício de consentimento decorrente de abuso praticado contra um dos contratantes, que se encontra em situação de desigualdade por estar sob premente necessidade ou por inexperiência, visando protegê-lo ante o prejuízo sofrido na conclusão do contrato. Tem como conseqüência a nulidade do negócio jurídico.
- 19 Um pai pode garantir a dívida de um descendente hipotecando os seus bens sem que os demais herdeiros consentam. No entanto, se o devedor principal não cumprir com sua obrigação, o bem dado em garantia não responderá pela dívida, pois isso acarretaria prejuízo à legítima dos demais herdeiros.
- 20 Considere a seguinte situação hipotética.
- Um paciente submetido a procedimento cirúrgico, após deixar o hospital, com alta médica, faleceu em virtude de complicação ou intercorrência médica.
- Nessa situação, mesmo se restar demonstrado que não houve falta de diligência ou de prudência profissional, o médico responderá objetivamente pelo evento danoso que resultou na morte do paciente.

Em relação à competência, julgue os itens seguintes.

- 21 É da primeira instância a competência para processar e julgar ação civil pública, ainda quando venha a questionar ato praticado por autoridade que, no mandado de segurança, estaria sujeito à competência originária do tribunal.
- 22 A execução de acórdãos, nas causas de competência originária, como a condenação resultante do julgamento de rescisória, não se realiza perante o juízo de primeiro grau, mas perante o tribunal que houver prolatado o acórdão exeqüendo.
- 23 Compete ao juízo de primeiro grau que julgou o processo de conhecimento, a despeito da interposição de recursos e do respectivo efeito substitutivo, executar o título judicial, provisória ou definitivamente.
- 24 A execução de sentença condenatória proferida contra a fazenda pública é realizada em segundo grau, porque cabe ao presidente do tribunal requisitar o pagamento, por precatório.

A respeito de legitimidade e cabimento de mandado de segurança e ação civil pública, julgue os itens a seguir.

- 25 É cabível impetração de mandado de segurança, por terceiro estranho ao processo contra ato judicial que tenha violado direito seu, não lhe sendo exigida a interposição de recurso, como terceiro prejudicado, contra o ato impugnado.
- 26 Sendo os conceitos de consumidor e de contribuinte categorias distintas, o Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de direitos de contribuintes para pleitear, sob o fundamento da inconstitucionalidade de lei que instituiu determinado tributo, a restituição de valores pagos ao fisco por força desse tributo.
- 27 O Ministério Público é legitimado por lei a propor ação civil pública em defesa do meio ambiente, de interesses difusos e coletivos em geral, por improbidade administrativa. Não pode, entretanto, promover a execução dos julgados relativos a tais ações, uma vez que o interesse na execução é meramente patrimonial, não se qualificando como interesse público.

Acerca de liquidação de sentença e execução, julgue os itens subsequentes.

- 28 A liquidação por arbitramento tem lugar sempre que houver necessidade de alegar e provar fato novo, sendo imperiosa, em tais casos, a presença de perito nomeado pelo juízo.
- 29 As execuções propostas contra as sociedades de economia mista que exercem atividade delegada do poder público, como no caso de determinadas companhias estaduais de água e eletricidade, sujeitam-se ao rito previsto para a execução contra a fazenda pública, porque os bens daquelas pessoas jurídicas não podem ser penhorados.
- 30 Constitui título executivo extrajudicial o termo de ajustamento de conduta firmado perante o Ministério Público para solucionar extrajudicialmente conflito de interesses transindividuais, dispensando-se, em tal hipótese, a propositura de ação civil pública.

Com relação a recursos, julgue os itens que se seguem.

- 31 O recurso extraordinário e o recurso especial não podem ter por objeto acórdão proferido em causa da competência originária de tribunal, sendo apenas admissíveis contra acórdão proferido em julgamento de outro recurso.
- 32 Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, não corre o prazo para os recursos de competência dos tribunais superiores até a intimação da decisão nos embargos. A partir daí, correrá o prazo para a interposição dos recursos extraordinário e especial eventualmente endereçados contra a parte unânime originária e contra o resultado do julgamento dos embargos.
- 33 O juízo de admissibilidade dos embargos infringentes é feito somente no órgão *ad quem*, devendo o relator do acórdão embargado submeter o recurso a julgamento naquele órgão, ainda que o recurso seja incabível ou intempestivo.
- 34 A parte que sucumbe no tocante à alegação de prescrição e vence em todas as questões relativas ao mérito não tem interesse em recorrer porque o recurso não lhe proporcionará situação mais vantajosa que aquela prevista na decisão recorrida.

Considerando a previsão de ação rescisória contra as sentenças de mérito transitadas em julgado e de ação anulatória para as sentenças meramente homologatórias, julgue os itens seguintes.

- 35 As violações perpetradas na decisão transitada em julgado e que autorizam propositura de ação rescisória são sempre de índole material, nunca formal, porque somente a sentença de mérito pode ser objeto de rescisória. Ademais, os vícios de rescindibilidade, previstos em *numerus clausus* no art. 485 do Código de Processo Civil (CPC), dizem respeito sempre à injustiça da decisão — *error in iudicando* —, daí estarem intrinsecamente ligados ao mérito da decisão.
- 36 Somente se admite rescisória por violação de lei se houver ocorrido prequestionamento da questão no processo anterior, sob pena de restar precluso o direito da parte a demonstrar a ocorrência da violação reclamada.
- 37 A ação anulatória dos atos judiciais que não dependem de sentença, tais como confissão, transação e renúncia, somente pode ser proposta antes do trânsito em julgado da sentença que encerrar o feito, ficando este suspenso. Uma vez transitada em julgado a sentença que encerrou o feito, somente é cabível a rescisória para rescindir os atos de disposição da parte, como confissão, transação e renúncia.

Em relação à produção de provas no direito processual civil, julgue os itens a seguir.

- 38 É nula a outorga de poderes para que o advogado venha a apresentar confissão em nome da parte, porque a confissão é ato pessoal que não pode ser por outrem realizado.
- 39 Na hipótese de o réu, na contestação, impugnar tão-somente as conseqüências jurídicas que o autor extrai dos fatos que alega, ainda assim permanece a controvérsia acerca do fato, sendo obrigatória a produção de prova pelo autor, a quem cabe o ônus de provar os fatos alegados.
- 40 Em relação às ações que versam sobre direito do consumidor, a inversão do ônus da prova não é automática, mas dependente de análise pelo juiz das circunstâncias concretas da lide.

Julgue os seguintes itens, quanto ao direito comercial brasileiro.

- 41 O cosmopolitismo, a elasticidade, o formalismo e a onerosidade são características do direito comercial.
- 42 Pessoas físicas e jurídicas proprietárias de centenas de imóveis destinados à locação são consideradas empresárias.
- 43 Determinada modificação do contrato social de certa sociedade cooperativa, com relação à denominação da pessoa jurídica, dependerá de deliberação da totalidade dos sócios.
- 44 A criação de debêntures nas sociedades em comandita por ações dependerá de deliberação da maioria absoluta dos sócios, tomada em assembléia geral.
- 45 O contrato de alienação de estabelecimento empresarial tem sua eficácia perante terceiros condicionada à sua averbação à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no registro público de empresas mercantis e atividades afins, inexistindo qualquer outra formalidade a ser observada. Como a alienação importa a sub-rogação do adquirente nos contratos celebrados para a exploração do estabelecimento empresarial, ressalvados os contratos que tiverem caráter pessoal, o direito de terceiros pleitearem a rescisão de seus contratos, quando ocorrer a transferência, torna-se exigível a partir da data da referida averbação.
- 46 A implantação do sistema de franquia empresarial impõe ao franqueador a obrigação de fornecer a todos os interessados uma circular de oferta de franquia, no mínimo dez dias antes da assinatura do contrato ou do pré-contrato de franquia ou, ainda, do pagamento de qualquer tipo de taxa de filiação ou *royalties*, pelo franqueado ao franqueador, ou a terceiros por ele indicados.
- 47 Poderá ser patenteado um microrganismo transgênico que não seja mera descoberta e que possua aplicação industrial, constitua novidade e represente atividade inventiva.
- 48 A morte do correntista bancário não é causa suficiente à extinção do contrato de abertura de crédito em conta corrente.
- 49 Se uma instituição financeira federal praticar qualquer ato de falência, poderá ser decretada de ofício a sua liquidação extrajudicial.

Ainda acerca do direito comercial brasileiro, cada um dos itens a seguir contém uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 50 A única hipótese em que as perdas resultantes de uma abalroação marítima são consideradas avarias grossas ou comuns é aquela em que o navio, para evitar dano maior de uma abalroação eminente, pica suas amarras e abalroa outro para sua própria salvação. Nessa situação, inexistindo convenção especial em contrário exarada na carta-partida ou no conhecimento, o valor do dano suportado será repartido proporcionalmente entre o navio, seu frete e sua carga.
- 51 Pedro, sócio de determinada sociedade em comum, prestadora de serviços de mão-de-obra, efetuou expressiva compra de bens de consumo, em nome da sociedade. Ocorre que a pessoa jurídica se tornou inadimplente e deixou de efetuar o pagamento dos bens adquiridos. Nessa situação, Pedro deverá arcar pessoalmente com a dívida.
- 52 Os membros de Hável Serviços Gerais Ltda., sociedade constituída por 25 sócios, decidiram promover a destituição do sócio administrador, o qual fora nomeado pelo contrato social, em razão de que este praticou vários atos ilícitos. Nessa situação, essa deliberação deverá ser tomada em assembléia, observada a quantidade de votos correspondente a, no mínimo, 3/4 do capital social.
- 53 Determinada sociedade anônima, necessitando de recursos financeiros para a consecução de seu objeto social, emitiu debêntures com garantia real e fluante. Nesse caso, o limite de emissão de debêntures com garantia real será de 80% do valor dos bens gravados, e, no caso de garantia fluante, 70% do valor contábil do ativo, diminuído do montante das dívidas societárias com garantia real.
- 54 Uma sociedade anônima levou a efeito o arquivamento de ata de assembléia geral, sujeita ao registro público de empresas mercantis e atividades afins. Nessa situação, esse ato estará sujeito ao regime de decisão colegiada pela junta comercial competente.
- 55 Amauri celebrou, com determinada instituição financeira, contrato de mútuo, com garantia de alienação fiduciária, o qual fora avalizado por Rodrigo e afiançado por Fábio. Nessa situação, caso Amauri torne-se inadimplente e seja promovida competente ação executiva, Rodrigo e Fábio poderão ser executados como devedores solidários.
- 56 André sacou cártula de cheque, no importe de R\$ 2.550,00, em favor de Davi. Esse título foi endossado e avalizado por João e José, respectivamente. Nessa situação, caso o título não seja apresentado ao banco para pagamento em tempo hábil, ocorrerá a decadência de ação executiva apenas contra João.
- 57 Américo devia a Caio a quantia de R\$ 25,00 e era credor de Bento, da mesma quantia. Assim, com vistas a liquidar a dívida, Américo sacou letra de câmbio, com vencimento em branco, em favor de Caio, para que Bento satisfizesse a obrigação. Nessa situação, a prescrição do título de crédito emitido ocorrerá no prazo de seis anos, contado a partir da data de sua emissão.
- 58 Uma duplicata foi emitida em razão da celebração de contrato de compra e venda de mercadorias. Houve a efetiva entrega dos bens objeto do contrato, mas o comprador absteve-se de aceitar a referida duplicata, razão pela qual fora devidamente protestada. Nessa situação, o título de crédito não será hábil a instruir pedido de falência.
- 59 Ana e Batista, leiloeiros oficiais, decidiram constituir uma empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação. Diante da má administração e da tentativa de liquidação precipitada, os credores decidiram requerer a falência dessa empresa. Nessa situação, declarada a falência, Ana e Batista poderão ser punidos pela prática de crime falimentar.
- 60 Determinada pessoa jurídica praticou durante dois anos consecutivos vários atos contrários à ordem econômica e cessou essa prática exatamente no dia 2/1/2005. Nessa situação, a prescrição dessas infrações ocorrerá após 1.º/1/2015.

PROVA DISCURSIVA P₆

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando os espaços reservados para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo.

QUESTÃO 1

Paulo, brasileiro, viúvo, meses antes de falecer, doou um imóvel de sua propriedade a Rita, sua filha nascida fora do casamento, justificando que a donatária era a única, entre todos os seus filhos, que convivia com ele e que lhe prestava, além de dedicação e carinho, ajuda financeira sempre que necessitava. O doador, ao celebrar o contrato por escritura pública, fez constar expressamente cláusula que eximia a donatária de trazer o bem à colação, quando aberta a sucessão. O doador não possuía qualquer outro bem ou renda que pudessem garantir-lhe a subsistência durante o período que antecedeu a sua morte.

Após a abertura do inventário, os demais herdeiros tomaram conhecimento da doação e requereram ao juízo a sua anulação, com a conseqüente partilha do imóvel entre todos os herdeiros necessários.

A donatária contestou o pedido dos irmãos alegando que a doação era remuneratória, não sujeita, portanto, à colação, razão pela qual deveria ser negado o pedido de abertura de inventário, por ausência de bens a inventariar.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, redija um texto dissertativo a respeito da correta solução jurídica para o caso em apreço, abordando, de forma ampla, os aspectos jurídicos da doação de ascendente a descendente e a validade da cláusula constante do instrumento de liberalidade em questão.

(valor: 5,0 pontos)

Questão 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

O EFEITO DEVOLUTIVO NOS RECURSOS
EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL

(valor: 5,0 pontos)

Questão 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

